

Comissão examina pacote antiviolença

A Comissão de Justiça do Senado se reúne amanhã com a finalidade exclusiva de examinar uma série de medidas destinadas a garantir a segurança pública no país. Algumas das propostas em pauta antecipam a maioria penal, atualmente fixada em 18 anos – as sugestões variam de 13 a 16 anos. Outro projeto modifica as regras do regime aberto e prevê o rastreamento de condenados. O presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães, espera encaminhar os resultados das votações aos presidentes da República, do Senado e do Supremo Tribunal Federal. **Página 5**

Marco Regimino/Scorm/MT



Presídios como o Pascoal Ramos, em Mato Grosso, deverão bloquear os sinais de celular e de aparelhos de radiocomunicação, conforme projeto em pauta no Senado

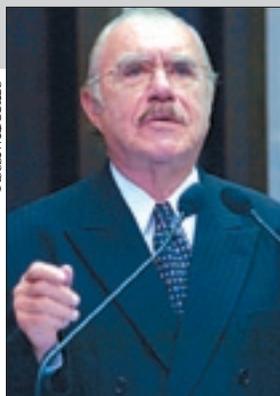
Bloqueio de celular em presídio pode ser decidido hoje

Aparelhos de radiocomunicação e celulares devem ter sinais bloqueados em presídios, conforme projeto a ser examinado hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Para garantir a medida, a proposta destina parte dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ao custeio de instalação e manutenção de aparelhos com essa finalidade. As operadoras dos serviços serão obrigadas a disponibilizar às autoridades as informações técnicas necessárias ao funcionamento dos equipamentos. **Página 4**

Terras da reforma agrária devem ter mais controle

País deve manter cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, segundo projeto a ser votado hoje. **Página 8**

Roosevelt Pinheiro



José Sarney

“O Brasil esquece as vítimas e dá ao criminoso garantias e oportunidades de se defender. A Constituição esquece os dramas causados pelos crimes.” **Página 5**

Roosevelt Pinheiro



Gilvam Borges

“Com todo o nosso efetivo de segurança, não conseguimos proibir a entrada de celulares. Então, temos que utilizar a tecnologia.” **Página 4**

Roosevelt Pinheiro



Papaléo Paes

“Levantamento da ONU mostra que apenas 5% dos crimes registrados nas delegacias brasileiras são solucionados. No Brasil, o crime compensa.” **Página 4**

Fontes alternativas de energia serão debatidas no Senado

Três comissões do Senado discutem hoje, a partir das 10h30, fontes alternativas de energia, que ganharam maior importância com as advertências sobre o aquecimento global. Foram convidados autoridades do governo e representantes das agências reguladoras. **Página 8**

Comissão examina projeto que eleva de três para cinco salários mínimos a renda familiar dos que podem obter financiamento

Programa que financia casa popular pode ser ampliado

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve votar quinta-feira, em decisão terminativa, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que altera dispositivos da lei que criou o Programa Especial de Habitação Popular (Pehp). A intenção é permitir que cooperativas, associações, mutirões habitacionais, construtoras e iniciativas coletivas ou individuais possam executar as ações financiadas com recursos do programa.

A proposta (PLS 351/05) também aumenta de três para cinco salários mínimos o teto de renda familiar para acesso aos financiamentos. Determina ainda que “as habitações individuais financiadas pelo Pehp terão, obrigatoriamente, área construída superior a 50 metros quadrados”.

Na mesma reunião, a CDR deve analisar, em decisão terminativa, projeto de autoria do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) que retira o estado de Mato Grosso dos limites da Amazônia Legal. De acordo com a proposição (PLS 5/07), com a saída do estado, a Amazônia Legal passaria a ser composta pelo Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá.

Segundo o parlamentar, a proposta tem por objetivo corrigir os limites da Amazônia Legal, previstos na legislação ambiental



Simon: cooperativas e associações devem executar ações do programa de moradia

brasileira. Para Jonas Pinheiro, o bioma Cerrado, que domina o estado de Mato Grosso, não guarda relação com o bioma presente na região Norte. O projeto, explicou, visa acabar com tal distorção.

Na justificativa da matéria, o senador afirma que a proposta, caso venha a ser transformada em lei, também trará reflexos econômicos positivos para seu estado. É que as multinacionais, observou, não estão comprando produtos agrícolas do estado porque, conforme esclareceu, entendem que a soja, o milho e o algodão, por exemplo, estão sendo produzidos na região de mata, provocando desmatamento e outros problemas ambientais.

– Não é verdade. Esses e outros produtos estão sendo plantados no cerrado, não tendo, portanto, nada a ver com degradação ambiental da Amazônia – frisou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por MPs

O Plenário realiza sessão deliberativa às 14h. A pauta dos trabalhos continua trancada por cinco medidas provisórias (MPs) com prazo de votação esgotado e dois projetos de lei da Câmara (PLCs 124/06 e 10/07)

que tramitam em regime de urgência. As MPs 337 e 338 são as primeiras da agenda e tratam da abertura de crédito extraordinário em favor de diversos ministérios e órgãos ligados ao Poder Executivo.

Debate sobre o censo agropecuário de 2007

A Comissão de Reforma Agrária (CRA) se reúne às 11h para debater o censo agropecuário e a contagem da população, a serem realizados este ano. Estão convidados o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Eduardo

Nunes, e representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; da Confederação Nacional da Agricultura e da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal; além de produtores rurais.



Comissões discutem fontes alternativas de energia

As comissões de Relações Exteriores (CRE), de Meio Ambiente (CMA) e de Infra-Estrutura (CI) reúnem-se às 10h30 para discutir as fontes alternativas de energia. Entre

os convidados, estão o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann; o secretário de Desenvolvimento

Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias; e o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman.



Bruno Bazilio

Subcomissão de Marcos Regulatórios inicia trabalhos

A Subcomissão de Regulamentação dos Marcos Regulatórios, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), se reúne às 14h para instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente do colegiado. A subcomissão tem por objetivo a regulamentação de vários setores de atividades econômicas, como aviação civil, portos, gás natural, geração de energia elétrica e ferrovias.

Assuntos Econômicos deve votar mudanças nas regras do Simples

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza reunião para examinar a indicação de Eli Loria para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobili-

ários (CVM). Logo após, vota nove itens, entre eles o substitutivo a três projetos que tratam da inclusão de novos beneficiários no Simples – Sistema Integrado de Pagamento

de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Lei 9.317/96). Já a Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne às 14h30.

Salas de aulas em presídios

A Comissão de Educação (CE) se reúne às 11h para analisar pauta com 19 itens, entre eles o projeto que altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), a fim de autorizar a instalação de salas de aulas em presídios. Também está em pauta proposta que dá ao estudante universitário o direito de ter uma anuidade escolar proporcional ao número de disciplinas que cursar.

Bloqueadores de celulares

A proposição que determina às empresas operadoras de telefonia móvel a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais vai ser debatida a partir das 14h na Comissão de Infra-Estrutura (CI). Ainda em pauta, projeto que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infraestrutura urbana básica (Lei 6.766/79).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Gilvam Borges, Paulo Paim, João Pedro e Mão Santa



Movimento Morhan quer aprovação de projeto de Viana que tramita na Câmara

Ato cobra hoje pensão para pessoas com hanseníase que foram isoladas

Será realizada hoje, a partir das 10h, manifestação na sede do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em Brasília, em prol da aprovação do projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que concede pensão vitalícia às pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

A prática de isolar os portadores

da doença – de início, nos chamados leprosários e, depois, nos hospitais-colônias – foi abolida no país em 1962, mas perdurou até meados da década de 1970 um regime de transição semi-aberto. O valor da pensão previsto na proposição é de R\$ 700 mensais. O ato é organizado pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan)

e deverá contar com a presença dos cantores Ney Matogrosso e Geraldo Azevedo.

O projeto (PLS 206/06), já aprovado no Senado, foi remetido em março à Câmara (PL 525/07).

De acordo com Tião Viana, existem no país cerca de 3 mil pessoas remanescentes de tratamento com isolamento compul-

sório que perderam a capacidade de ter uma vida normal.

Nos últimos 20 anos, explicou o senador, os pacientes com hanseníase são tratados sem necessidade de isolamento, porém permanecem nos hospitais-colônias aqueles que não conseguiram se readaptar à vida em sociedade ou que perderam os vínculos familiares.

Subcomissão do Trabalho Escravo define atividades

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo reúne-se amanhã, a partir das 14h, para definir o cronograma de seus trabalhos neste semestre. O colegiado, presidido pelo senador José Nery (PSOL-PA), é ligado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo o representante do Pará, uma das prioridades do grupo será a de trabalhar pela imediata aprovação da chamada PEC (proposta de emenda à Constituição) do Trabalho Escravo, que está tramitando na Câmara dos Deputados.

Já acolhida por aquela Casa em primeiro turno, a PEC 438/01, se aprovada em segundo turno, deverá retornar ao Senado para reexame. De acordo com a proposta, de autoria do então senador Ademir Andrade, o governo procederá à imediata expropriação das glebas de qualquer região do país onde for identificado um regime de trabalho que possa ser classificado como trabalho escravo conforme a legislação trabalhista em vigor no Brasil.

José Nery avalia que, entre as mais de 20 proposições que tramitam no Congresso com o objetivo de combater o trabalho escravo no país, essa PEC é a mais eficiente porque preconiza a imediata perda da propriedade, sem qualquer indenização, e a pronta destinação das terras para fins de reforma agrária, com o assentamento dos colonos que já trabalhavam no local.

Para o vice-presidente da subcomissão, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), no prazo de um ano previsto para o funcionamento do colegiado, as prioridades serão coibir e punir os responsáveis pela ocorrência de trabalho escravo, além de zelar pelo cumprimento do Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em especial por meio da elevação dos recursos orçamentários destinados ao programa.

Sete matérias bloqueiam a pauta de votação do Senado

Plenário não pode analisar outras propostas enquanto não forem votados cinco medidas provisórias e dois projetos de lei que tramitam em regime de urgência

Cinco medidas provisórias e dois projetos de lei da Câmara que tramitam em regime de urgência suspendem as deliberações no Plenário e nas comissões (no caso de projetos terminativos). A pauta da ordem do dia de hoje conta ainda com mais 15 itens.

As MPs 337 e 338, de 2006, e 354/07 tratam da abertura de crédito extraordinário em favor de diversos ministérios e órgãos ligados ao Poder Executivo.

As outras duas medidas provisórias foram alteradas por projetos de lei de conversão. O PLV 2/07 modificou a MP 345/07, que regulou a celebração de convênios entre União, estados e municípios para emprego da Força Nacional de Segurança Pública. Na Câmara, a matéria recebeu nove emendas. Já o PLV 3/07, alterou a MP 350/07, que reformulou as diretrizes



Plenário deve examinar sete proposições antes dos outros 15 itens constantes da pauta

do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) para permitir a compra antecipada de imóvel arrendado. A Câmara incorporou 22 emendas à medida.

Também trancam a pauta de votações o PLC 124/06, que estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em proje-

tos de pesquisa científica e tecnológica, e o PLC 10/07, que amplia as competências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para colaborar com o Ministério da Educação na formação inicial e continuada de professores do magistério e de nível superior.

Comissão examina projeto do PAC que eleva gastos em infra-estrutura

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa na reunião de hoje, às 14h30, proposta que autoriza o governo a ampliar, ainda este ano, em R\$ 6,69 bilhões os investimentos em projetos de infra-estrutura considerados estratégicos, relacionados com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com parecer favorável do relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a proposta (PL 1/07-CN) beneficia obras do chamado Projeto Piloto de Investimento (PPI), que inclui gastos em estradas e portos, entre outros. Para permitir o aumento das despesas, são sugeridas mudanças na Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 que elevam os empenhos com despesas do PPI para R\$ 11,3 bilhões em 2007.

O projeto tem ainda por finalidade flexibilizar despesas do atual Orçamento com publicidade, diárias, passagens e locomoção. O governo propôs retirar a publicidade do limite, além dos gastos com diárias, passagens e locomoção necessários à realização de censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dornelles excluiu do limite de gastos as despesas com diárias, transporte e locomoção para programas de segurança pública, vigilâncias sanitária e epidemiológica,



Relator da proposta, Dornelles é contra limite de gastos com segurança pública

defesa sanitária vegetal e animal. Segundo ele, a restrição nessas áreas gera riscos à segurança e à saúde da população.

Estão ainda em pauta dois requerimentos de audiência para discutir a constitucionalidade das medidas provisórias que abrem créditos extraordinários ao Orçamento.

CDH debate direitos dos povos indígenas nesta quinta-feira

Os direitos dos povos indígenas serão tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que ocorrerá na quinta-feira, a partir das 9h. Entre os convidados para o debate estão o coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), Jecinaldo Cabral, e a subprocuradora-geral da República Déborah Duprat.

O tema, que será debatido no Dia do Índio (Decreto 5.440/43), reunirá na CDH representantes de entidades e de diversas nações e grupos indígenas. Além de Jecinaldo Cabral, da nação Saterê-Mawé, foram convidados o kaingang Romancil Creta, da Articulação dos Povos Indígenas do Sul; o tuxá Manoel Uilton dos Santos, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; e a guarani Kaioiwá Léia Aquino, representando os povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Também estão convidados os ministros da Justiça, Tarso Genro; da Educação; Fernando Haddad; do Meio Ambiente, Marina Silva; de Minas e Energia, Silas Rondeau; e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

O debate sobre os direitos dos povos indígenas faz parte de um ciclo de audiências sobre 12 temas voltados ao respeito aos direitos humanos e ao combate à violência. Dentro dessa série, e em reuniões que ainda serão marcadas, os senadores vão discutir a violência diante de questões como direitos alternativos, responsabilidade social do setor privado, direitos humanos, trabalho escravo e atuação dos profissionais de segurança pública.

A Carta da Mobilização Nacional Terra Livre – Abril Indígena 2006, encaminhada à CDH por Jecinaldo Cabral, cita ameaças aos direitos territoriais dos indígenas contidas em propostas que tramitam no Congresso.



Renan salienta importância de as Casas legislativas trabalharem em convergência

Lula, Renan e Chinaglia conversam sobre bicameralismo

O presidente Lula deve reunir-se nos próximos dias com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, para uma conversa destinada a afinar o trabalho das duas Casas do Legislativo na elaboração de leis. Ao receber, na semana passada, o documento denominado Agenda de Princípios para o Brasil, elaborado pelo movimento Ação Empresarial, Renan anunciou essa reunião, observando o quanto é importante que Câmara e Senado trabalhem em convergência.

– É importante que a votação de uma Casa tenha consequência na outra, senão vira crise institucional – alertou.

Fazer com que matérias aprovadas no Senado tramitem no mesmo regime de prioridade quando chegam à Câmara é fundamental para o Parlamento, na visão não apenas dos senadores que trabalham nesses textos. Muitos dos empresários que levaram a Agenda de Princípios para o Brasil ao presidente do Senado se manifestaram a favor desse trabalho integrado e de uma ação mais pontual do Legislativo em benefício da sociedade.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PTB-PE), defendeu, além disso, maior interlocução entre a classe empresarial e o Parlamento, alegando que é no Congresso que a sociedade se expressa. Ele lembrou que, ao anunciar o Programa de Aceleração do Crescimento, o presidente Lula deixou claro que não tem pressa em realizar nem a reforma previdenciária, nem a trabalhista. Na opinião do deputado, cabe ao Legislativo saber se é isso o que também deseja a sociedade.

Na última reunião com os líderes partidários, Renan insistiu para que matérias aprovadas no Senado, como o pacote antiviolência, tenham consequência na Câmara. “Isso é o aperfeiçoamento do bicameralismo”, ressaltou.

Comissão de Infra-Estrutura examina hoje proposta que poderá obrigar presídio a bloquear sinais de celulares e de aparelhos de radiocomunicação

Projeto determina instalação de bloqueadores em penitenciárias

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje para analisar, entre outras matérias, projeto determinando que as empresas operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicação, e não só de celulares, nas penitenciárias estaduais e federais.

De autoria do então senador Rodolpho Tourinho, o projeto (PLS 137/06) foi relatado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que apresentou substitutivo alterando a lei do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, o Fistel (Lei 5.070/66), para incluir, na destinação de seus recursos, a instalação desses bloqueadores em estabelecimentos penitenciários, além da manutenção, custeio e adequação tecnológica.

– A medida só terá o efetivo sucesso que se espera caso o governo federal não contingencie os recursos do Fistel destinados à instalação dos equipamentos de bloqueio – justificou o relator.

De acordo com o substitutivo, a inauguração de estabelecimentos penitenciários, estaduais ou federais, estará condicionada à instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicação dentro de seus limites. As operadoras também serão obrigadas a dispo-



Substitutivo de Flexa Ribeiro determina que fundo do governo custeie a medida

nibilizar às autoridades todas as informações técnicas necessárias para a instalação e o funcionamento dos equipamentos.

Emenda apresentada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) fixa multa – que varia de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil por estabelecimento penal – às operadoras que não cumprirem a lei. Os recursos serão destinados ao Fundo Penitenciário Nacional. Já o senador Demostenes Torres (DEM-GO) apresentou voto em separado pela aprovação do texto original do projeto, que impõe às próprias operadoras a obrigação de bloquear seu sinal no interior das penitenciárias. A matéria receberá decisão terminativa na CI.

Infra-estrutura

Outra proposição a ser anali-

sada pelo colegiado é a que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura básica.

O PLS 264/04 altera a Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento urbano, e determina que a pavimentação só seja realizada após a implantação da infra-estrutura básica: equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais; iluminação pública; redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável; e redes de energia elétrica pública e domiciliar. A pavimentação, a partir da aprovação da proposta, também passará a ser considerada parte da infra-estrutura básica.

Os senadores recebem ainda ofício com abaixo-assinado coletado no Pará que pede a anulação da Resolução 85/98, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que aprova o regulamento do serviço telefônico comutado. De acordo com o ofício, remetido pela deputada estadual do Pará Sandra Batista, a resolução, ao permitir a cobrança da assinatura básica de telefonia, extrapola o limite dos poderes normativos da autarquia.

A reunião da comissão será realizada na sala 13 da Ala Alexandre Costa, a partir das 14h.



“No Brasil, o criminoso sabe que vai ser difícil ser pego pela polícia”, diz Papaléo

Papaléo Paes duvida da eficácia do aumento de penas

“De que adianta aumentar as penas de maneira indiscriminada, pura e simplesmente, se elas não serão cumpridas pela maioria dos bandidos?” O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) fez essa pergunta ao Plenário, após divulgar levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) que apurou que apenas 5% dos crimes registrados nas delegacias brasileiras são efetivamente solucionados.

– O que o criminoso sabe, e que o motiva a partir para o crime, é que vai ser difícil ser pego pela polícia, mesmo em se tratando de atos criminosos qualificados. No Brasil, o crime compensa, ao contrário de outros países com níveis de violência inferiores ao nosso, onde em média 40% dos crimes são desvendados – afirmou.

Vigorando desde 1990, a Lei dos Crimes Hediondos, lembrou Papaléo, foi saudada como um instrumento que reduziria os crimes bárbaros que a motivaram. Segundo a ONU, a prática dos crimes que passaram a ser considerados hediondos pela lei cresceu nos grandes centros urbanos, mesmo com o endurecimento da pena. O senador citou como exemplo a região metropolitana de São Paulo, que registrou um aumento de 51% no número de homicídios entre 1990 e 2002.

Papaléo Paes ressaltou estudos que apontam como mais eficazes no combate ao crime medidas como a intensificação do policiamento preventivo, pagamento de remuneração adequada aos policiais, incrementação do aparato investigativo, atuação do Ministério Público e ações de apoio social nas áreas de maior incidência de crimes.

O senador ainda aplaudiu a decisão de transformar em permanente a Subcomissão de Segurança Pública, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), classificando-a como fórum adequado para convocar especialistas e debater soluções para o problema.

Gilvam Borges defende o bloqueio de celulares nas prisões do país

Ao comentar matéria publicada no jornal Correio Braziliense sobre o golpe do celular, ou o chamado falso seqüestro, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem, em Plenário, o bloqueio, com equipamentos eletrônicos, das ligações de aparelhos celulares feitas por criminosos em penitenciárias.

– É inadmissível que, dentro das penitenciárias, não tenhamos condições de bloquear [os sinais de celulares] com a tecnologia existente ou proibir, definitivamente, com os agentes penitenciários e com todo nosso efetivo de segurança, a entrada desses aparelhos – observou o parlamentar.

Gilvam Borges pediu ainda a colaboração do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva e do ministro da Justiça, Tarso Genro, para auxiliar na aprovação de vários projetos de lei sobre segurança pública que estão tramitando no Congresso Nacional. Entre essas matérias, o senador destacou o Projeto de Lei do Senado 148/07, de sua autoria, que concede às empresas a possibilidade de abaterem de impostos até 100% do que investirem em segurança pública ou na formação e remuneração de mão-de-obra prisional.

– Eu acredito que é uma questão de querer, porque quem quer pode e quem pode faz. Eu acredito no presidente da República e creio que todos nós, juntos, podemos fazer uma grande revolução neste país. É só marcar o rumo,



Gilvam pede a Lula e a Tarso Genro que apoiem projetos sobre segurança

juntar as coisas e caminhar. Por isso, chamo Tarso Genro, ministro da Justiça, para que focalize essa área a fim de que as medidas necessárias possam ser tomadas definitivamente – sustentou o representante do Amapá.

Em apartes, os senadores Adelmir Santana (DEM-DF) e Mão Santa (PMDB-PI) manifestaram apoio ao pronunciamento de Gilvam Borges.

Adolescentes e senadores debatem hoje redução da maioria penal

Os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Aloizio Mercadante (PT-SP) e a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, além de jovens convidados, participarão hoje, das 9h às 10h30, de debate sobre a redução da maioria penal, que hoje ocorre aos 18 anos. O evento, na sede do programa Interlegis, é promovido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

A discussão visa oferecer aos adolescentes a oportunidade de expressar aos parlamentares suas opiniões sobre o assunto. Por meio do sistema de videoconferência, a discussão poderá ser acompanhada em qualquer região do Brasil.

O debate sobre a maioria penal ganhou força após o caso do menino João Hélio, morto ao ser arrastado por um carro roubado. Um dos ladrões era menor de idade.

Demostenes, relator de proposta de emenda à Constituição

sobre o assunto, sugere a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Contrária a essa proposta, Patrícia Saboya já organizou audiências públicas com entidades civis para debater a questão. Também contrário à medida, Mercadante é autor de projeto (PLS 18/03) que prevê severa punição a quem alicia menores a participar de crimes.

A Andi é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que monitora a atividade da mídia em questões que envolvem a infância, além de promover pesquisas e campanhas de esclarecimento.

Os interessados em assistir ao debate por videoconferência devem consultar as assembléias de seus estados ou municípios. O sistema Interlegis, parceria do Senado Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), permite a integração dos Poderes legislativos em diversos níveis (federal, estadual e municipal) por meio de novas tecnologias.

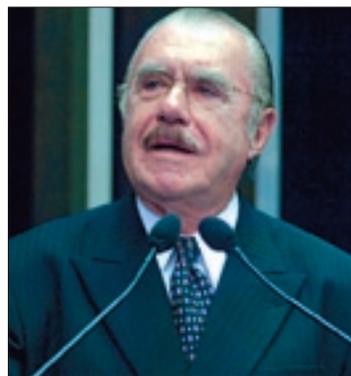
Sarney cobra adoção de medidas para proteção às vítimas de crime

Ao defender ontem, em Plenário, a adoção de medidas de proteção às vítimas de violência, o senador José Sarney (PMDB-AP) cobrou da Câmara a aprovação de projeto de sua autoria que define direitos das vítimas de ações criminosas e cria o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav).

A proposta (PL 3.503/04), que regulamenta o artigo 245 da Constituição, encontra-se atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, tramitando em conjunto com outras proposições, há quatro anos.

– Diariamente ouvimos falar de violência. Falamos nos criminosos e falamos na sociedade. Mas poucas vezes tenho ouvido falar daquelas pessoas que foram objeto dos crimes, as vítimas. São pessoas que sofreram ou que, em muitos casos, perderam a vida, desapareceram, tiveram seu destino cortado. Outras vezes isso se estendeu a uma família inteira. É um sofrimento que não se acaba, é permanente – disse Sarney.

A proposta determina que a União dará assistência financeira aos dependentes ou às vítimas de crimes de bala perdida, homicídio, lesão corporal grave e por delitos que atentem contra



Sarney: Constituição quase nada diz sobre as vítimas, mas dá proteção ao criminoso

a liberdade sexual, desde que cometido mediante violência ou grave ameaça.

Na avaliação de Sarney, a Constituição reúne diversos dispositivos que garantem a segurança dos criminosos, enquanto os agredidos nem sempre dispõem de instrumentos legais para se defenderem dos delinquentes.

– É impossível que o Brasil continue a tratar o problema da violência esquecendo a vítima e dando ao criminoso as maiores garantias e oportunidades de se defender. A nossa Constituição é tão detalhista, trata de tudo, mas, em relação às vítimas, quase não diz nada. Em relação aos criminosos, a nossa Constituição estabelece uma série de proteções e garantias – observou.

Entre as matérias incluídas na pauta da reunião está a proposta de emenda à Constituição que antecipa a maioria penal, atualmente fixada em 18 anos



Maioria das proposições que serão analisadas pela Comissão de Justiça foi sugerida pelo grupo de trabalho instituído no colegiado

CCJ vota amanhã pacote que amplia combate à violência

Analisar e votar projetos destinados a ampliar o combate à violência no país e a endurecer as punições para os criminosos são as prioridades da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h. Algumas proposições já estão com parecer pronto.

O presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), anunciou, na reunião da semana passada, que espera concluir a votação das propostas nos próximos 15 dias e, logo após, encaminhar os resultados pessoalmente aos presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Senado.

Entre as matérias do pacote, está o substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) a propostas de emenda à Constituição que antecipam a maioria penal, atualmente fixada em 18 anos. As proposições estabelecem diferentes idades mínimas para a imputabilidade, que vão dos 13

aos 16 anos. O relator defende a redução para 16 anos.

Dados sigilosos

Também devem figurar na pauta duas iniciativas que começaram a ser discutidas na última reunião, mas tiveram a votação adiada. A primeira é um projeto de lei complementar de Demostenes, relatado por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que define quais dados não devem ser considerados sigilosos para fins de investigação criminal (PLS 140/07 - Complementar). O outro, de autoria de Marconi Perillo (PSDB-GO) e que tem como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), explicita o tipo de ação que deve ser financiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Relator da maioria dos projetos do pacote antiviolência, Demostenes está concluindo os pareceres de quatro outras proposições, entre elas o projeto (PLS 179/07) de César Borges (DEM-BA) que atualiza os valores da fiança.

Outra proposta (PLS 175/07), apresentada por Magno Malta (PR-ES), é a que modifica as regras do regime aberto e prevê o rastreamento eletrônico de condenado. Pela iniciativa, o monitoramento do condenado que esteja em liberdade provisória será feito por meio de uma pulseira eletrônica que emite sinais a cada 15 segundos, caso a pessoa se desloque por mais de dois metros. Proposta (PLS 165/07) de Aloizio Mercadante (PT-SP) também propõe o controle por monitoramento eletrônico.

Presos

Também está sendo relatado por Demostenes o PLS 162/07, de Aloizio Mercadante, que fixa critérios de divisão de presos provisórios e de presos condenados.

A maioria das propostas do pacote antiviolência foi elaborada pelos senadores que fazem parte do grupo de trabalho criado especificamente pela CCJ para esse fim, no dia 28 de fevereiro.

Projeto dá agilidade ao trabalho do tribunal do júri

Entre as propostas que fazem parte do pacote antiviolência a serem votadas amanhã pela Comissão de Justiça, em reunião dedicada especificamente ao tema, destaca-se o projeto de autoria do Poder Executivo que moderniza e simplifica o rito do tribunal do júri.

O projeto (PLC 20/07) – já aprovado pela Câmara dos Deputados – torna o trabalho do tribunal do júri mais ágil, como a dispensa da leitura do libelo ou da pronúncia para o início da acusação em Plenário.

O direito de os jurados examinarem os autos a qualquer

momento da discussão da causa, e não apenas na sala secreta conforme determina a atual legislação, e a opção de o acusado preso requerer dispensa de comparecimento à sessão de julgamento também fazem parte da proposta do Executivo. O projeto, entretanto, mantém a incomunicabilidade dos jurados.

O tribunal do júri foi instituído no Brasil em 1822. Ele é convocado somente para o julgamento de crimes dolosos contra a vida e os a ele conexos – homicídio simples, homicídio qualificado, homicídio privilegiado, induzimento, instigação ou auxílio a

suicídio, infanticídio, auto-aborto e aborto provocado sem ou com o consentimento da gestante.

Destaca-se também entre os itens do pacote antiviolência o projeto (PLS 138/07) de Demostenes Torres que permite ao juiz decretar, durante o processo que julgar crime praticado por funcionário público, a perda do cargo, emprego ou função desse servidor.

Consta ainda da pauta da CCJ outra proposta (PLS 137/07) de Demostenes que prevê a ampliação das penas alternativas, ao autorizar o juiz a aplicar medida diferente das listadas na lei.



Se Lula for ao Pará, terá que sair pela porta dos fundos, diz Mário Couto

Mário Couto: governo federal não cumpre promessas feitas aos paraenses

O governo federal não tem cumprido as promessas feitas ao povo do Pará, deixando-o desassistido, de acordo com Mário Couto (PSDB-PA). Por isso, segundo o senador, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, “foi obrigado a fugir” de uma manifestação na última sexta-feira, em Belém.

“Também o presidente Lula te-

ria que sair pela porta dos fundos, caso fosse ao Pará”, afirmou Mário Couto, que aconselhou Lula a visitar a Ilha do Marajó, onde os problemas de transporte e energia sobrecarregam os cidadãos.

Paulo Bernardo foi à capital paraense para debater, em audiência, a aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a re-

gião Norte. Durante o encontro, servidores federais fizeram um protesto com túnicas pretas e um caixão, que simbolizava a morte do serviço público e demonstrava a insatisfação da categoria com a política salarial do governo.

– Parabéns aos sindicalistas por essa manifestação ordeira. E não vai ser a última. Vão ter de aprontar muito mais caixões – disse.

Conforme Mário Couto, entre as obras prometidas “e nem sequer iniciadas pelo governo”, estão a recuperação da Rodovia Transamazônica e a conclusão dasclusas de Tucuruí.

– Essas são promessas antigas, e o ministro já deixou claro que as obras não serão terminadas em quatro ou cinco anos, mas entregues parcialmente.

Marisa: reforma tributária não pode mais ser adiada

Senadora afirma que funcionamento do atual sistema tributário tem levado o Brasil a perder investimentos, inibindo a expansão do setor privado e a dinamização da economia

A realização da reforma tributária, na opinião de Marisa Serrano (PSDB-MS), “não pode mais ser adiada, pois ela é indispensável para a recomposição do combalido arcabouço da Federação”.

– Trata-se de definir as bases para a gestão compartilhada e mais equilibrada do país, que só poderá ser equacionada com o enfrentamento dos nossos grandes problemas, como o perfil do nosso desenvolvimento e as questões sociais, que estão a requerer maior autonomia do poder local, ou seja, dos estados e municípios – afirmou a senadora.

Na opinião de Marisa, o avanço e a melhoria das condições gerais no país, com a retomada do desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades – “que têm sido a chaga dos desequilíbrios internos” –, dependerão do sucesso ou do fracasso dessa tentativa de construir um novo pacto federativo.

Para a senadora, o funcionamento do atual sistema tributário na-



Marisa diz que é preciso definir as bases para uma gestão mais equilibrada do país

cional tem levado o Brasil a perder investimentos externos, inibindo a expansão do setor privado e a dinamização da economia.

– Empresas estrangeiras e mesmo nacionais têm deixado de investir no Brasil em razão da insegurança jurídica criada pela guerra fiscal, travada entre os estados por meio da concessão de benefícios do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços] para atrair ou ampliar empreendimen-

tos – assinalou.

Marisa chamou a atenção para a importância da redução das desigualdades regionais, lembrando que a experiência dos últimos anos tem demonstrado que a guerra fiscal não tem vencedores.

– Os incentivos fiscais se anulam, agravam as condições de concorrência, e a consequência é o dismantelamento do nosso próprio mercado interno, pois ensejam contestações que vão parar na Justiça, com os estados tentando anular os incentivos concedidos aos outros estados. São regiões contra regiões. Resultado: o Brasil empacou – disse.

A senadora ressaltou que, para sair desse impasse, é necessária uma verdadeira engenharia política. “É chegada a hora de efetivar esse pacto, não é mais possível insistir em uma situação na qual todos estão perdendo.”

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a reforma tributária: “O Brasil não cresce porque tem 76 diferentes impostos”.



Adelmir afirma que 12 novas escolas e seis vilas olímpicas serão construídas

de confiança, sendo que 5 mil acabaram retornando a seus postos de trabalho. “O empreguismo seria mais fácil, mas ele escolheu o caminho da responsabilidade governamental.”

Adelmir registra lançamento do plano de investimentos do DF

Adelmir Santana (DEM-DF) destacou o plano de investimentos anunciado ontem pelo governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. O senador declarou que, entre as obras anunciadas, estão algumas não concluídas pelo governo passado.

Além disso, Adelmir afirmou que parte dos investimentos será direcionada à educação, o que incluirá a construção de 12 escolas e seis vilas olímpicas. Também serão construídos cem postos policiais, disse ele.

Adelmir assinalou que as dívidas do Distrito Federal foram renegociadas pelo governador, com prioridade para o pagamento dos débitos menores. Segundo o parlamentar, Arruda obteve descontos com os credores que variam de 10% a 30% do valor das dívidas, e também conseguiu escaloná-las segundo seu volume, em prazos de 60 até 180 dias.

Adelmir lembrou que Arruda demitiu, no início de seu governo, cerca de 11 mil servidores não concursados e 17 mil em cargos

Paim pede atenção para empresas do setor coureiro-calçadista

Muitas empresas do setor coureiro-calçadista, especialmente as do Vale do Rio dos Sinos (RS), têm sido levadas a fechar suas portas por causa da crise advinda da questão cambial, da tributação excessiva e do crescimento da indústria chinesa, de acordo com Paulo Paim (PT-RS).

Ao registrar a realização nesta semana, em Novo Hamburgo (RS), da 31ª Feira Internacional de Couros, Químicos, Componentes e Acessórios, Máquinas e Equipamentos para Calçados e Curtumes (Fimec 2007), o senador pediu a atenção do governo federal para o setor.

Paim disse que os calçados chineses ingressam no mercado interno sem as devidas restrições e liquidam os empregos gerados pela indústria calçadista nacional. Por outro lado, ele informou que o governo federal está preparando medidas fiscais para auxiliar setores atingidos pela queda do



Paim quer medidas que restrinjam a entrada de produtos chineses no país

dólar, como o calçadista.

O senador também se disse contrário à utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o pagamento de dívidas do agronegócio.

Paim cobrou, ainda, uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados que lhes permita fazer frente aos elevados preços de medicamentos e às mensalidades dos planos de saúde.

João Pedro defende aprovação de MP que beneficia o Amazonas

João Pedro (PT-AM) pediu aos demais senadores que acaatem a medida provisória sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores. Segundo ele, a aprovação da MP 352/07 – que ainda não chegou ao Senado – garantirá a continuidade da produção, em Manaus, de conversores de sinal digital de televisão.

– Não é, nunca foi e nunca será propósito do Amazonas engessar economias regionais ou de estados vizinhos. Mas uma extensão das isenções fiscais para a produção do conversor de sinal e da TV digital ao Sul e Sudeste não comprometeria apenas as vantagens comparativas das empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus; comprometeria a vida dos 100 mil empregados diretos e dos 400



Manaus quer exclusividade para produção de conversores, observa João Pedro

mil trabalhadores indiretos desse gigantesco complexo industrial.

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou, em aparte, que defende as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) nas capitais da Amazônia Ocidental. Paulo Paim (PT-RS) disse que o porto do Rio Grande já está com a infra-estrutura pronta para receber a sua ZPE.

Mão Santa: idoso viaja até 300 km para receber benefício do INSS

Mão Santa (PMDB-PI) denunciou que mais de 10 mil aposentados e pensionistas do INSS no Piauí estão sendo obrigados a viajar centenas de quilômetros para receber seu benefício. O drama teria sido gerado pelo cancelamento do convênio entre o INSS e os Correios, que possibilitava o pagamento de aposentadorias e pensões em municípios onde não há agência bancária. Dos 224 municípios piauienses, apenas 77 têm bancos.

– Isso é um massacre que sadicamente estão praticando contra nossos velhinhos – protestou.

Convencido de que Lula está “rodeado de aloprados”, Mão Santa apelou à esposa do presidente, Marisa Leticia, no sentido de reverter essa situação. O senador leu trechos da matéria sobre a denúncia, publicada no Diário



Roosevelt Brito

“Isso é um massacre que sadicamente estão praticando contra nossos velhinhos”

do Povo, onde é retratado o drama de uma aposentada obrigada a percorrer 300 quilômetros (ida e volta) entre Santa Filomena e Gilbués, em estradas precárias, para receber o benefício.

Em apartes, Marisa Serrano (PSDB-MS) e Mário Couto (PSDB-PA) cobraram providências do governo federal.

Senado assina convênio com TCE do Rio Grande do Norte

Será assinado amanhã um protocolo de intenções entre o Senado Federal e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) que possibilitará aos servidores do tribunal receber treinamento no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e na Comunidade Virtual do Poder Legislativo – o Pro-

grama Interlegis. O documento será assinado pelo 1º secretário, senador Efraim Morais (DEM-PB), e pelo presidente do TCE, Paulo Roberto Chaves Alves.

Segundo a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, o convênio implementará ações complementares de interesse comum das instituições.

Mostra Cultural Portuguesa inclui filmes e exposição de gravuras

Com a exibição do filme O princípio da incerteza (2002), de Manoel de Oliveira, foi aberta ontem, no Auditório Petrônio Portela, a Mostra Contemporânea de Filmes Portugueses, promovida pelo Senado em parceria com as embaixadas de Portugal e de Cabo Verde e o Instituto Camões. A exibição dos filmes faz parte da Mostra Cultural Portuguesa, que também teve início ontem.

A mostra inclui a exposição Cidades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que pode ser vista na Senado Galeria até o dia 27 e é composta de gravuras do Arquivo Histórico Ultramarino, além de livros raros e publicações atuais. Hoje, será apresentado o filme Porto da minha infância (2001) e, amanhã, Um filme falado (2003), ambos de Manoel de Oliveira.

Antonio Carlos Magalhães cobra de ministro esclarecimentos sobre a crise no setor de aviação, enquanto José Agripino defende comissão de inquérito

CPI do Apagão Aéreo será mais eficaz no Senado, diz Agripino

Em entrevista à imprensa no final da tarde de ontem, o líder do Democratas (DEM), senador José Agripino (RN), informou que as bancadas do partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal “desejam ver a CPI do Apagão Aéreo instalada no Senado”. Ele anunciou que o requerimento de criação da CPI já conta com 28 assinaturas de senadores, mas a oposição vai trabalhar esta semana para completar pelo menos 33 assinaturas. Agripino disse não ter notícias de que senadores do PSDB estariam desistindo de instalar a comissão de inquérito no Senado.

– Na minha opinião, a CPI no Senado é o bastante. Se é o suficiente, os deputados federais é que vão dizer, e nós vamos respeitar a opinião deles – afirmou.

Para o senador, a comissão de inquérito no Senado “produzirá



Márcia Kalume

Segundo Agripino, parlamentares de seu partido querem CPI no Senado

uma investigação muito mais eficaz e chegará de forma mais rápida às conclusões que interessam à sociedade brasileira”. Ele ressaltou que a CPI terá o objetivo de identificar as razões, motivos e

fatores que ocasionaram os problemas na aviação brasileira.

Alguns dos pontos a serem investigados, sublinhou Agripino, são a falta de equipamentos; a participação dos controladores de tráfego aéreo na crise; obras em aeroportos não realizadas; conflito entre civis e militares; licitações e contingenciamentos no Fundo da Aeronáutica. A Infraero e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) serão investigadas em detalhes, adiantou o líder, principalmente quanto às indicações para cargos de confiança.

– Um órgão técnico que trabalha com controle de aeronaves [Infraero] que transportam vidas humanas ser entregue a indicados políticos para fazer composição político-eleitoral é no mínimo um crime e uma irresponsabilidade; isso vai ter de ser investigado – destacou Agripino.

ACM critica Lula por manter Waldir Pires após vários meses de crise

Em pronunciamento no Plenário, Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) criticou o presidente Lula por manter no cargo o ministro da Defesa, Waldir Pires, após meses de crise no setor aéreo. O senador comentou foto publicada na edição do último domingo do jornal O Globo que mostra Waldir Pires dormindo e fez um apelo:

– Presidente, acorde seu ministro, para que ele saiba o que está se passando em torno de si.

Antonio Carlos afirmou que Waldir Pires deveria estar preocupado em esclarecer os fatos que levaram ao acidente aéreo que vitimou 154 pessoas, em setembro do ano passado, e em explicar o caos que tomou conta

dos aeroportos brasileiros desde então, fazendo com que milhares de pessoas passassem horas e horas nas filas ou perdessem seus vôos.

– No entanto, o ministro dorme, como se nada houvesse nesse país. O sono é uma coisa difícil para algumas pessoas. Outras, responsáveis por desastres, dormem tranquilamente – disse.

O parlamentar lembrou que, na conversa que teve com o presidente Lula no início do mês, este mostrou conhecimento sobre os problemas brasileiros e “uma vontade enorme de acertar”.

– Se é assim, para que deixar o ministro dormir? – indagou.

Antonio Carlos Magalhães co-



Roosevelt Brito

Antonio Carlos comenta também prisão do empresário Jaime Vieira Lima

mentou ainda a prisão, na Bahia, na semana passada, do empresário Jaime Vieira Lima, tio do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. O tio do ministro é criador de aves e está entre as 20 pessoas presas em três estados durante a operação Arara Negra, da Polícia Federal, contra o tráfico internacional de animais silvestres.

A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Arte: Crillo Quartim Fonte: Pruma e Instituto Akatu

- Diminua o tempo do banho
- Elimine os vazamentos
- Não deixe a torneira pingando
- Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza
- Instale torneiras com sensores automáticos
- Use uma bacia para lavar louça
- Escove os dentes com a torneira fechada

Senadores que integram comissões de Infra-Estrutura, de Meio Ambiente e de Relações Exteriores discutem com especialistas propostas para diversificar a matriz energética

Debate sobre fonte alternativa de energia mobiliza três comissões

As comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promovem hoje, às 10h30, audiência pública sobre fontes alternativas de energia. O debate integra as ações realizadas pelo Senado que visam apontar alternativas para a redução dos impactos das mudanças climáticas no planeta.

De acordo com relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas (ONU), o uso de combustíveis fósseis é um dos responsáveis pelo aquecimento global, que contribui para o derretimento de geleiras, o que poderá elevar o volume de água dos oceanos entre 18 e 58 centímetros até 2100. Esse cenário de graves problemas ambientais tem despertado para a necessidade de ampliar a discussão sobre a diver-



Autor dos requerimentos, Inácio Arruda quer o avanço de energias limpas

sificação da matriz energética.

Para a audiência pública foram convidados o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann; o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica,

Jerson Kelman; o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Adão Muniz; e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Haroldo Borges Rodrigues Lima.

Segundo o autor dos requerimentos propondo o debate, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), são concretas as possibilidades de se retirar das forças naturais, como o vento e o sol, uma quantidade de energia superior à atualmente produzida por meio de combustíveis fósseis.

— Onde estão as travas que impedem que a energia limpa se desenvolva com mais rapidez? É preciso localizar, destravar e apontar para o governo brasileiro onde estão os obstáculos e construir um caminho alternativo. Senão, ficamos só na constatação de que existe o aquecimento global, mas não se resolve o problema — ressalta o senador.

Senado poderá celebrar em outubro a Semana de Ciência e Tecnologia

O Senado poderá instituir a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, caso seja aprovado parecer favorável do senador Valter Pereira (PMDB-MS) a requerimento da senadora Serys Shessarenko (PT-MT). A matéria está em exame na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que realiza reunião amanhã, às 8h45. De acordo com Serys, a proposta tem por objetivo mobilizar a população brasileira para questões científicas e tecnológicas, além de demonstrar a importância da ciência para o desenvolvimento do país.

A comissão também deve analisar parecer contrário do senador Romeu Tuma (DEM-SP) a projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que acrescenta dispositivos à Lei de Imprensa (Lei 5.250/67), a fim de disciplinar “a divulgação irresponsável nos meios de comunicação social de informações inverídicas lesivas à honra, à reputação e à dignidade da pessoa humana” (PLS 257/05).

Crivella ressalta, na justificativa da matéria, que “as modificações sugeridas não tocam na questão do direito à publicação em si das matérias jornalísticas”. No entanto, Tuma considera que a Lei de Imprensa, a Constituição e outros



Proposta de Serys objetiva mobilizar a população para questões científicas

dispositivos legais já tratam das questões ligadas à imprensa e à informação.

A CCT, presidida pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), deve votar também 12 projetos de decreto legislativo que dispõem sobre a concessão para a entrada em operação de emissoras de radiodifusão.

CAE deve votar projeto que aumenta rigor na seleção para reforma agrária

A pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) inclui o projeto que determina a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária. A proposta, que terá decisão terminativa, também obriga o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a rastrear essas informações antes da criação de assentamentos rurais.

Ao justificar o projeto (PLS 180/03), seu autor, o senador Delcídio Amaral (PT-MS), ressalta que “é do conhecimento geral desta nação que falsos produtores rurais se infiltram nos assentamentos em programas de reforma agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo”.

A proposta, assim, teria o objetivo de reforçar o controle sobre a reforma agrária. A matéria prevê ainda que os dados do cadastro deverão ser divulgados anualmente. Para implementar seus objetivos, o projeto acrescenta quatro parágrafos ao artigo 18 da Lei 8.629/93, que trata da regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

A comissão também deve votar projeto que trata da extensão da opção pelo Simples – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte –, para as seguintes atividades e pessoas jurídicas: agências lotéricas, agências postais terceirizadas, agências de publicidade, escritórios de contabilidade, centros



Delcídio quer impedir entrega de lote a “falso produtor”, que visa à venda da terra

de formação de condutores de veículos, corretoras de seguros e escolas de educação infantil, ensino fundamental, profissional e de idiomas. O projeto (PLS 129/03) tramita em conjunto com o PLS 183/03 e o PLS 291/05.

Também está em pauta, entre outras matérias, o projeto que permite às instituições de ensino superior a dedução de despesa com concessão de bolsa de estudo para atleta praticante de modalidade olímpica (PLS 328/03). De autoria do então senador José Jorge, o texto tem parecer favorável do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), com acréscimo de duas emendas, e já foi votado pela Comissão de Educação (CE).

Indicação

Antes do exame da pauta, a CAE vota mensagem do presidente da República que submete ao Senado a escolha de Eli Loria para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O relator da proposta é o senador Renato Casagrande (PSB-ES). Aprovada a indicação na comissão, a matéria será submetida ao Plenário.

Subcomissão vai definir marcos regulatórios para infra-estrutura

Será instalada hoje, a partir das 14h, a subcomissão temporária que irá avaliar os marcos regulatórios de vários setores. O colegiado será destinado a regulamentar setores de atividades consideradas estruturais, como aviação civil, portos, gás natural, geração de energia elétrica, ferrovias, telecomunicações e parcerias público-privadas (PPPs), entre outros.

Na ocasião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do órgão, que funcionará no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A subcomissão foi criada a partir de requerimento de auto-

ria do senador Delcídio Amaral (PT-MS). No dia 20 de março, quando a subcomissão foi criada oficialmente, juntamente com outras duas subcomissões – a de assuntos municipais e a de reforma tributária, já instaladas –, o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que os presidentes desses colegiados seriam os autores dos respectivos requerimentos para sua criação.

Durante a reunião de hoje será apresentado o plano de trabalho da subcomissão, que terá sete titulares e sete suplentes, segundo anunciou Mercadante no início deste mês.

Expedito tenta suspender cassação de seu mandato

O senador Expedito Júnior (PR-RO) apresentou ontem ao Tribunal Superior Eleitoral medida cautelar contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia que cassou seu mandato na última quinta-feira. Por meio da

Medida Cautelar 2.191, o parlamentar solicita efeito suspensivo para a decisão, o que permitiria a continuidade de seu mandato até que o TSE julgue recurso relacionado ao caso.

Expedito Júnior, que

assumiu o mandato de senador no início deste ano, foi cassado sob a acusação de crime eleitoral de compra de votos durante o pleito de 2006. A denúncia foi feita pelo Ministério Público Eleitoral.